

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

MADELAINÉ SANTOS LOPES

**O TEMPO DOS VERBOS E AS RELAÇÕES DE PESSOA: ASPECTOS SOBRE OS
PLANOS ENUNCIATIVOS HISTÓRICO E DISCURSIVO NO PORTUGUÊS**

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ALENA CIULLA

PORTO ALEGRE

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

MADELAINÉ SANTOS LOPES

**O tempo dos verbos e as relações de pessoa: aspectos sobre os planos enunciativos
histórico e discursivo no português**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciada em Letras pela Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Alena Ciulla

PORTO ALEGRE

2022

MADELAINE SANTOS LOPES

**O tempo dos verbos e as relações de pessoa: aspectos sobre os planos enunciativos
histórico e discursivo no português**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em Letras do Instituto de Letras da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de ____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a.

Prof^a. Dr^a.

Prof. Dr.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Alex e Mara, que nunca economizaram esforços para me dar uma formação pessoal e intelectual de qualidade. Muito obrigada por serem minha fortaleza, meu incentivo constante e meu suporte ao longo desses anos árduos de estudo. E ao meu padrinho Paulo, pelo seu amor incondicional. Essa conquista também é de vocês.

Ao meu noivo Ricardo, meu companheiro de vida e de jornada, por não me deixar desistir, me incentivar e sempre acreditar no meu potencial mais até do que eu mesma. Te amo MUITO!

Às minhas amigas de vida, Alana Martins, Júlia Hillesheim e Juliana Alves. Vocês são meu porto seguro, e eu sou o que sou porque tenho vocês três comigo.

À minha querida orientadora Alena Ciulla. Sem tua dedicação incansável, tua paciência infindável e tua parceria tão amável nada disso teria sido possível. Serei sempre grata pela linda caminhada que estamos fazendo desde 2018.

Às minhas companheiras de UFRGS Amanda Gnoatto, Francine Pedroso, Gabriela Weissheimer e Rafaela Potrich. Obrigada pela amizade, pela compreensão, pelo carinho e pelo *safe space* de reclamação. Vocês fizeram essa jornada mais leve.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a mim mesma por ser sempre tão teimosa e nunca aceitar o caminho mais fácil. Não desistir da minha formação com o máximo de excelência que eu pudesse dar sempre foi o foco principal.

RESUMO

O trabalho desenvolvido tem como objetivo apresentar uma análise inicial da manifestação dos planos enunciativos em língua portuguesa. Para isso, fundamentamo-nos na proposta de Émile Benveniste, no artigo *As relações de tempo no verbo francês*, publicado no livro *Problemas de Linguística Geral I*. O autor hipotetizou, a partir da língua francesa, a existência de dois planos enunciativos: o discursivo e o histórico. A distinção entre esses planos é demonstrada por Benveniste, primeiramente, no emprego de diferentes formas verbais no francês, em especial, na oposição entre o *passé simple*, que marca o plano histórico, e o *passé composé*, que marca o plano discursivo. Em nossa análise, observamos trechos de textos selecionados por Benveniste (1991), tanto os originais, em francês, quanto as traduções para o português, oferecidas pela publicação brasileira. Já de início, em uma comparação entre as formas simples e compostas dos verbos, fica evidente que a estrutura do tempo nas duas línguas são díspares. Assim, emerge um segundo objetivo, que se impôs neste trabalho, que é o de compreender quais são os princípios que regem a proposta de Benveniste para a organização dos verbos de língua francesa e como o autor os relaciona a diferentes planos enunciativos. Percebemos que é o tempo e as relações de pessoa nele imbricados que desempenham o papel principal nesta relação. A partir daí, propomos uma análise, guiados pela observação de quais recursos estão em jogo, no português, na distinção e na passagem de um plano enunciativo para o outro.

Palavras-chave: planos enunciativos; plano histórico; plano do discurso; formas verbais; marcas de pessoa; tempo verbal.

ZUSAMMENFASSUNG

In diesem Beitrag soll eine erste Analyse der Manifestation von enunziativen Ebenen in der portugiesischen Sprache vorgestellt werden. Dabei stützen wir uns auf den Vorschlag von Émile Benveniste, der in dem Artikel *Die Tempusbeziehungen im französischen Verb*, veröffentlicht in dem Buch *Probleme der allgemeinen Sprachwissenschaft I*. Der Autor geht davon aus, dass es in der französischen Sprache zwei Äußerungsebenen gibt: die diskursive und die historische. Die Unterscheidung zwischen diesen Plänen zeigt sich bei Benveniste zum einen in der Verwendung verschiedener Wortformen im Französischen, insbesondere im Gegensatz zwischen dem passé simple, das den historischen Plan kennzeichnet, und dem passé composé, das den diskursiven Plan kennzeichnet. In unserer Analyse betrachten wir Auszüge der von Benveniste (1991) ausgewählten Texte, sowohl die französischen Originaltexte als auch die von der brasilianischen Publikation angebotenen Übersetzungen ins Portugiesische. Beim Vergleich zwischen den einfachen und zusammengesetzten Formen der Verben wird von Anfang an deutlich, dass die Zeitstruktur in beiden Sprachen unterschiedlich ist. Daraus ergibt sich ein zweites Ziel, das in dieser Arbeit auferlegt wurde, nämlich zu verstehen, welche Prinzipien Benvenistes Vorschlag für die Organisation der französischen Verben zugrunde liegen und wie der Autor sie zu den verschiedenen Ausspracheebenen in Beziehung setzt. Wir stellen fest, dass die Spannung und die damit verbundenen zwischenmenschlichen Beziehungen die Hauptrolle in dieser Beziehung spielen. Von dort aus schlagen wir eine Analyse vor, die sich von der Beobachtung der Ressourcen leiten lässt, die im Portugiesischen bei der Unterscheidung und dem Übergang von einer Äußerungsebene zur anderen im Spiel sind.

Schlüsselwörter: Äußerungspläne; historischer Plan; Diskursplan; Verbalformen; Persona-Markierung; Verbalzeitform.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	11
1.1 Émile Benveniste - <i>As relações de tempo no verbo francês</i>	12
1.2 Alena Ciulla - <i>O tempo dos verbos como categoria de análise textual e Análise textual à luz da teoria benvenistiana: uma reflexão sobre o tempo verbal</i>	19
2. METODOLOGIA	27
3. ANÁLISE	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39

INTRODUÇÃO

À luz, principalmente, do texto *As relações de tempo no verbo francês*¹, o presente trabalho tem o intuito de, a partir da teoria de Émile Benveniste (1991), fazer uma reflexão sobre como, em português, os dois diferentes planos enunciativos, quais sejam, o histórico e o discursivo, se manifestam. Como o autor faz a sua demonstração a partir dos tempos verbais no francês, pensamos também em observar como os tempos dos verbos do português se organizam. Partimos da hipótese, sugerida por Ciulla (2020), de que o estudo de Benveniste sobre o funcionamento temporal dos verbos no francês, bem como a distinção entre os planos enunciativos histórico e discursivo permitem uma reflexão sobre aspectos linguísticos interessantes para uma proposta de análise do sistema verbal na língua portuguesa, além de propiciar uma discussão sobre o ensino de língua portuguesa. Conforme a autora:

Iniciamos esta discussão, buscando compreender como Benveniste (1966) relaciona os tempos verbais com a distinção entre os planos enunciativos histórico e discursivo. A partir dessa reflexão, que envolve compreender também como os verbos estabelecem um vínculo com a instância do discurso do locutor, reunimos alguns elementos para um estudo do sistema verbal do português. É em Benveniste (1966) mesmo que encontramos respaldo para essa aposta. Explicamos: para sugerir os planos de enunciação, entre o histórico e o discursivo, com base nos tempos verbais, o autor parte do sistema de verbos do francês, mas dá indicações de que é possível analisar o sistema verbal de outras línguas sob a mesma ótica. (CIULLA, 2020, p.196)

Em primeiro lugar, é importante, então, retomar a própria noção de tempo verbal, para a qual é preciso olhar com especial atenção. Existe uma distinção conceitual em algumas línguas, como o alemão e o inglês, entre o tempo cronológico e o tempo verbal, que é manifestada inclusive por uma palavra diferente para cada um desses conceitos. Porém, em língua portuguesa, o termo único “tempo” oculta essa importante distinção, que, muitas vezes, é até mesmo ignorada, especialmente em se tratando da abordagem da gramática tradicional. Para uma análise do emprego do tempo verbal, é preciso uma compreensão mais profunda do fenômeno *tempo*, do ponto de vista linguístico. Essa observação é ressaltada por Weinrich:

Am Anfang war das Wort *chrónos* (*χρόνος*). Es bezeichnete bei den Griechen die Zeit ebenso wie gewisse Formen der Sprache, der »Zeitwörter«. Desgleichen konnten in der lateinischen Sprache mit dem Wort *Tempus* sowohl das außersprachliche Phänomen Zeit als auch die sprachlichen Formen bezeichnet werden, die wir noch heute mit einem Latinismus Tempus-Formen nennen. In vielen europäischen Sprachen gilt diese Gleichsetzung noch im heutigen Sprachgebrauch: frz. *temps*, it. *tempo*, span. *tiempo* wie auch die zugehörigen Adjektive stehen

¹ O texto *As relações de sentido no verbo francês* foi, inicialmente, publicado no *Bulletin de la Société de linguistique*, em 1959, de acordo com a nota de rodapé encontrada na obra *Problemas de linguística geral I*, de Émile Benveniste (1991). Por conta disso, em algumas passagens do texto, iremos nos referir a esse artigo como “o artigo de 1959”).

gleichermaßen für Zeit und Tempus. Andere Sprachen können jedoch in den Bezeichnungen unterscheiden, so beispielsweise das Deutsche mit Zeit und Tempus sowie das Englische mit den Wörtern *time* und *tense*. Während die deutsche Sprache diese Unterscheidung auch in den Adjektiven zeitlich und temporal aufrechterhält, läßt die englische Sprache in dem Adjektiv *temporal* beide Begriffe wieder zusammenfallen. (WEINRICH, 1977, p. 7)

No início, existiu a palavra *chrónos* (*χρόνος*). Entre os gregos, denotava-se o tempo cronológico e certas categorias de linguagem como as "palavras do tempo". Da mesma maneira, na língua latina, a palavra *tempus* poderia ser usada para designar tanto o fenômeno extra-linguístico do tempo quanto as categorias de tempo linguístico, as quais ainda hoje chamamos formas de *Tempus*, empregando o termo do latim. Em muitas línguas européias, essa equação ainda é válida no uso atual: em francês *temps*, em italiano *tempo*, em espanhol *tiempo*, bem como os adjetivos correspondentes são igualmente válidos para o tempo cronológico e para o tempo verbal. Outras línguas, entretanto, podem se diferenciar nas designações, por exemplo, o alemão, com *Zeit* e *Tempus*, e o inglês, com as palavras *time* and *tense*. Enquanto a língua alemã mantém esta distinção nos adjetivos *zeitlich* e *temporal*, a língua inglesa permite que os dois termos voltem a coincidir no adjetivo *temporal*. (tradução nossa)

Para explicar como acontece essa diferenciação, valem-nos inicialmente da ideia que é desenvolvida em *Tempus. Besprochene und erzählte Welt*. O termo *Zeit*, conforme explica Weinrich (1977), é o tempo cronológico e diz respeito ao conceito físico, que é um aspecto extra-linguístico, uma vez que não é delimitado dentro da língua, não expressando quando um evento ocorre em relação às pessoas do discurso. Já o termo *Tempus* refere ao tempo linguístico, pois abarca as nomenclaturas dos tempos verbais, como no português: “pretérito perfeito”, “pretérito imperfeito”, “presente”, etc. Como é possível perceber, e de acordo com o que Weinrich (1977) ressalta em seu texto, “Die Namen der einzelnen Tempora bestätigen die skizzierte Homonymie.” (WEINRICH, 1977, p. 7), ou seja: “os nomes dos tempos verbais descritos acima confirmam uma homonímia” (tradução nossa), porque não distinguem, ao certo, o que é tempo cronológico do que é tempo verbal. Isso significa que, quando, em português, referimo-nos a “pretérito perfeito”, é do tempo linguístico que falamos, isto é, de um tempo que se estabelece em relação àquele que enuncia, embora a gramática tradicional obscureça essa questão. As expressões de tempo cronológico são outras, pois se especificam em uma linha do tempo, em relação aos calendários e aos relógios, como *em 1954, às 20 horas do dia 2 de setembro*, etc.

Se pensarmos nos manuais didáticos e na gramática da língua portuguesa, percebemos que o ambiente escolar brasileiro segue o modelo da gramática tradicional latina, em que o estudo do verbo é dividido, igualmente, em presente, passado e futuro. Essa organização a respeito das formas verbais é também a que segue as gramáticas francesas e é criticada por Benveniste (1991), porque, conforme o autor, ela não dá conta da realidade de emprego dos verbos. A língua, com sua dinamicidade e adaptação à intenção dos discursos, apresenta uma

organização ancorada em quem fala, do que e como fala, e não no tempo cronológico em que o enunciado está sendo proferido. Nas palavras do autor:

O conjunto das formas pessoais do verbo francês é tradicionalmente distribuído entre certo número de paradigmas temporais denominados *presente*, *imperfeito*, *passado definido*, etc., e estes por sua vez se distribuem segundo as três grandes categorias de tempo, presente, passado, futuro. Essas divisões, incontestáveis no seu princípio, permanecem entretanto longe das realidades de emprego e não são suficientes para organizá-las. (BENVENISTE, 1991, p. 260)

Mesmo que em francês não haja uma distinção terminológica sobre os diferentes conceitos de tempo, Benveniste (1991) salienta, então, o tempo verbal como categoria linguística, que encontra sua noção de passado e futuro sempre em relação ao presente de quem fala, em contraste com o conceito de *tempo*, como categoria física, que indica uma sequencialidade cronológica, independente de uma ancoragem discursiva da referência.

Feito esse breve esclarecimento sobre a noção de tempo verbal, poderíamos passar à compreensão da proposta de Benveniste (1991) sobre como operam os tempos verbais na distinção de diferentes planos, o enunciativo e o histórico, para, então, propor uma abordagem da questão para o português. Porém, tomando como base os próprios indícios que encontramos na tradução para o português da obra de Benveniste (1991), já nos deparamos com um novo problema de pesquisa. Isso porque a tradução para o português das formas verbais que servem à análise feita por Benveniste (1991), como mostra o quadro abaixo, demonstra os esforços de equivalência entre tempos verbais que não correspondem totalmente de uma língua para outra:

Quadro 1:

<i>il écrit</i> [= “escreve”]	<i>il a écrit</i> [= “escreveu”]
<i>il écrivait</i> [= “escrevia”]	<i>il avait écrit</i> [= “tinha escrito”]
<i>il écrivit</i> [= “escreveu”]	<i>il eut écrit</i> ⁽²³⁶⁾ [= “teria escrito”]
<i>il écrira</i> [= “escreverá”]	<i>il aura écrit</i> ⁽²³⁷⁾ [= “terá escrito”]

FONTE: BENVENISTE, 1991, p. 272

Como se vê, as formas *il écrivit* e *il a écrit* são apresentadas ambas com a mesma tradução, para “escreveu”. O português não tem uma distinção entre uma forma composta e uma forma simples para o pretérito, e, assim, já se destaca aí uma diferença no sistema verbal do português em relação ao francês. Isso quer dizer que a própria interpretação do aoristo, realizado pelo *passé simple*, no francês, representante do plano enunciativo histórico, não

encontra um tempo equivalente que represente esse modo e seus efeitos de sentido no português. Não necessariamente essa diferença compromete o deslocamento para o português. Por outro lado, é preciso aprofundar a investigação, derivando princípios gerais de funcionamento e fazendo hipóteses sobre como a língua portuguesa permite, então, organizar os enunciados em diferentes planos.

Mantém-se, contudo, o pressuposto que tomamos aqui, com base na crítica de Benveniste à gramática tradicional - que se aplica também ao estudo tradicional dos verbos no português, e a hipótese de que as línguas de modo geral dispõem de recursos para expressar ideias em um plano histórico ou, opostamente, em um plano discursivo. A questão é que somente a compreensão da proposta de Benveniste se mostrou tão complexa e rica, que sentimos a necessidade de nela nos determos. Foi preciso retornar a Benveniste para compreender outros aspectos sobre o tempo dos verbos no francês e sobre a categoria de pessoa, para compreender o fenômeno da temporalidade com mais profundidade e, somente a partir disso, esboçar hipóteses para o português. Por isso, pelo escopo de nosso trabalho de conclusão de curso, discutimos vários pontos sobre as relações das formas com o tempo linguístico, mas limitamos a nossa análise a alguns aspectos da configuração dos planos histórico e discursivo no português.

Para cumprir com o objetivo do nosso trabalho, em um primeiro momento, discutimos de maneira mais aprofundada a proposta de Benveniste (1991) sobre o sistema temporal dos verbos no francês, considerando também as leituras de Alena Ciulla (2020; a sair) sobre a questão. Em um segundo momento, a partir da sugestão de Ciulla (2020), o objetivo é apresentar, com base na sua observação sobre os verbos de língua portuguesa, uma hipótese de como se estabelecem, em linhas gerais, os planos enunciativos histórico e discursivo nesta língua. Tal tarefa, pelo menos até onde nos é conhecido, não foi ainda realizada e se faz de suma importância, pois, antes mesmo de se chegar à questão dos planos enunciativos, faz redimensionar a noção de tempo e sugere uma nova visada para o sistema verbal a partir de critérios verdadeiramente linguísticos.

Ademais, esse redirecionamento do estudo do sistema verbal do português também permitiria uma nova reflexão acerca do ensino e do estudo feito em sala de aula sobre a aplicação prática, sobre o emprego dos diferentes tempos verbais e seus diversos sentidos nos textos.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para a realização deste trabalho, valemo-nos tanto da teoria dos tempos verbais e dos planos enunciativos de Émile Benveniste, quanto da leitura dessa discussão feita por Alena Ciulla em diferentes momentos, em 2020 e em 2021. Assim, nas subdivisões abaixo, teceremos comentários e interpretações das leituras da obra do linguista francês, além de explicitar quais são os elementos a serem considerados e as nossas escolhas e posicionamento para a nossa posterior análise.

1.1 Émile Benveniste - *As relações de tempo no verbo francês*

Na obra, *Problemas de Linguística Geral, I*, Émile Benveniste (1991), no capítulo 19, intitulado *As relações de tempo no verbo francês*, dá início à discussão sobre dois planos enunciativos distintos e complementares que se pode observar em enunciados na língua francesa. Sua proposta parte da percepção de que as divisões tradicionais de temporalidade, conforme a tradição das gramáticas, separam os verbos em presente, passado e futuro, o que não é abrangente o suficiente para organizar todas as possibilidades de emprego das formas verbais.

Seu primeiro ponto de discussão é como se fará a diferenciação dos paradigmas aos quais os verbos devem pertencer, quando analisamos as oposições que eles apresentam, partindo do exemplo de *il allait sortir*, se deveria ou não fazer parte do paradigma de *sortir* por se encontrar em uma forma composta. Dessa maneira, Benveniste (1991) explica que a simplificação da organização dos verbos de uma língua às oposições morfológicas que eles apresentam entre si não dá conta dos diferentes empregos, realizados na dinâmica (re)inventiva da língua. A escolha por um ou outro tempo verbal ocorre mais pelas possibilidades de significação, do que pela estrutura morfológica de conjugação verbal e de flexão em suas desinências. De fato, as formas dos verbos aparecem com a função de significar coisas diferentes.

Para propor os diferentes planos enunciativos, Benveniste (1991) discute a diferenciação da estrutura formal dos verbos distribuídos em formas simples e compostas. Essa proposta se dá, justamente, porque uma das hipóteses de distinção da utilização dos verbos, assim como a análise, é construída a partir das marcas morfológicas que se observam neles.

Tal leitura acontece, por exemplo, a partir das formas verbais do francês *il courait* e *il avait couru*, respectivamente nos tempos *imparfait* e *plus-que-parfait*, que se traduzem por *ele corria* e *ele havia corrido*. Essas formas não são pertencentes, segundo o autor, ao mesmo eixo de tempo em que se opõem *il courait* e *il court*, nos tempos *imparfait* e *présent* (em português, *ele corria* e *ele corre*, respectivamente). Para o autor, “Se se tenta reduzir às divisões temporais as oposições que aparecem na estrutura material das formas verbais, encontra-se grave dificuldade.” (BENVENISTE, 1991, p. 260).

Explicamos: a forma composta do pretérito *il avait couru* (*ele tinha corrido*) oferece um correlativo de ação acabada à forma simples *il courait* (*ele corria*) e as duas indicam ações que se desenvolvem em um mesmo eixo temporal. Já a forma simples *il court* (*ele corre*) se opõe a *il courait* (*ele corria*) por não expressarem ações que acontecem num mesmo plano temporal, já que *il court* remete ao presente de quem enuncia e *il courait* não. Outros pares são comparados pelo autor: *il a couru* - *il court* são formas temporais, porque remetem ao presente de *eu* e, por esse raciocínio, podem ser parceiros, ainda que um seja pretérito, outro presente.

O que Benveniste mostra com essas considerações é que somente opor de maneira superficial as formas verbais não dá conta das diferentes utilizações que se pode fazer das conjugações verbais (em enunciados concretos²). As oposições e as correlações das formas verbais estão relacionadas àquilo que se pode considerar efetivamente como tempo verbal (a questão da remissão à instância de *eu*) e à noção de ação acabada. Este é um dos pontos que será levado em consideração em nossa análise das formas verbais no português e que nos leva a questões sobre quais formas são verdadeiramente temporais, entre outras que pudermos observar.

Outro ponto analisado por Benveniste (1991) é a noção de aspecto, que, tal como preconiza a gramática tradicional, também é criticada pelo autor, pois “O aspecto também não fornece um princípio unívoco de correlação de um tipo de formas ao outro, e permanece o fato de que, apesar de tudo, certas formas compostas, somente algumas, devem ser consideradas como temporais.” (BENVENISTE, 1991, p. 261). Ou seja, não há uma homogeneidade no princípio de relações entre as formas, na explicação que a gramática dá sobre o aspecto e, além disso, ignora também aquilo que se constitui efetivamente como tempo.

² Essa consideração feita por Benveniste (1991) permite a Ciulla (2020 e a sair) afirmar que a proposta do autor serve a uma análise propriamente textual, pois, entre outras coisas, ele se vale justamente da análise de textos escritos: dois textos históricos, de G. Glotz, e um literário, de Balzac.

Assim, a conclusão a que chega Benveniste (1991) é propor em uma distinção que seja sincrônica no sistema verbal do francês moderno, uma vez que existem percalços, conforme explicaremos a seguir. O autor passa, então, para a discussão da distinção de “passado”, que, segundo ele, é mostrado tradicionalmente como algo redundante. Nesse sentido, o questionamento posto, ao que se pode compreender, é: qual seria a relevância de ter duas formas verbais, em conjugações diferentes, mas que significam a mesma ideia?

Essa aparente redundância é explicada, principalmente, no exemplo trazido por Benveniste (1991) de *il fit* e *il a fait*, uma vez que ambos, podendo ser traduzidos por “ele fez”, diferenciariam-se apenas na aplicação: quando analisados de maneira diacrônica, isto é, de maneira tradicional, *il fit* seria representante da forma escrita, enquanto *il a fait* seria da forma falada. Dessa maneira, o questionamento seria sanado. Porém, como afirma o linguista, essa simplificação da diferença que existe entre *il fit* e *il a fait* não corresponde ao que ocorre de fato na língua. O autor questiona: “por que língua falada e língua escrita se divorciaram nesse ponto da temporalidade e não em outros, como é que a mesma diferença não se estende a outras formas paralelas” (BENVENISTE, 1991, p.261). O autor cita, então, o exemplo do par *il fera* e *il aura fait* [= “ele fará” e “ele terá feito”], que são formas paralelas - por combinarem um par de forma simples e outra composta, as duas no eixo temporal do futuro - e permanecem sendo empregados por expressarem sentidos distintos. Esse raciocínio enfraquece a questão da diferenciação das formas entre algo somente utilizado para a escrita e algo somente utilizado para a fala.

A partir disso, Benveniste (1991) coloca as formas verbais em oposição de utilização a partir dos planos enunciativos, sendo que um refere-se ao que ele vai cunhar como *plano histórico*, e o outro, como *plano do discurso*. Tal diferenciação de planos será, posteriormente, melhor explicada, mas parte da explicitação nesse ponto faz-se importante, porque é justamente o que o autor, logo no começo de seu artigo, introduz como proposta de análise. Por conta disso, levemos em consideração as ideias a seguir.

Observamos que, de acordo com Benveniste (1991), há tempos verbais subdivididos em duas categorias distintas, que expressam dois planos diferentes de realizações de ações e, assim, também, dois efeitos de sentido distintos. Chamamos atenção para o fato de que para o falante de português, essa distinção pode não ser muito fácil de evidenciar, já que no português não há uma forma de passado simples e outra de passado composto, e que no par *il fit* e *il a fait* ambas formas seriam traduzidas, a princípio, por *ele fez*. Dessa maneira, investigar como se realiza o plano histórico na língua portuguesa, distinguindo-o do plano do discurso, é um de nossos objetivos.

Benveniste (1991) afirma ainda que as dessemelhanças entre língua falada e escrita não são o que limita as diferentes aplicações dos tempos verbais, pois essa bipartição se dá por conta do não pertencimento a um sistema único. Assim, enquanto o estudo tradicional das gramáticas nos leva a crer que todas as formas verbais do francês (e das demais línguas) de um mesmo tema se organizam unicamente em torno de questões morfológicas e desinenciais, Benveniste (1991) propõe a sua distribuição em dois sistemas distintos e complementares.

Esses dois sistemas distintos possuem algumas características: “cada um compreende apenas uma parte dos tempos do verbo; todos os dois estão em uso concorrente e permanecem disponíveis para cada locutor.” (BENVENISTE, 1991, p. 261-262). Ou seja, esses sistemas de organização verbal ocorrem no francês – e, supostamente, nas línguas - e encontram-se disponíveis para o uso do locutor, cabendo a ele, então, a depender da situação, valer-se de um ou de outro.

Para compreender melhor essa ideia, tomemos o que está posto em *O aparelho formal da enunciação*, de Benveniste (1989). O aparelho formal é o mecanismo linguístico que propicia ao locutor a enunciação, que é o ato de proferir enunciados. É através do aparelho formal que se interrelacionam os índices de pessoa, os tempos verbais, a não-pessoa e os outros elementos que situam o discurso em um determinado tempo e espaço. Todos esses elementos podem ser sintetizados no esquema *eu-tu-ele-aqui-agora*. Dito isso e considerando a premissa de que é possível identificar os planos enunciativos em outras línguas que não o francês, é cabível hipotetizar que: se as línguas têm marca de pessoa, o que pode ser afirmado a partir do próprio aparelho formal, todas podem ter diferentes planos enunciativos disponíveis para uso, de acordo com a intenção comunicativa de narrar historicamente ou, ao contrário, de maneira testemunhal e opinativa.

Além disso, se essas marcas estão associadas às conjugações de tempos verbais, é possível que haja, também, a distinção de diferentes planos enunciativos em outras línguas - e não somente no francês. Nesse sentido, as hipóteses de Benveniste (1989 e 1991) nos permitem pensar como o sistema verbal da língua portuguesa se organiza e de que recursos dispõe para estabelecer as relações de tempo de modos enunciativos.

Assim, analisemos a hipótese de Benveniste (1991) sobre a diferenciação entre dois planos de enunciação: o histórico e o do discurso. Tomemos, aqui, o primeiro.

De acordo com o autor, a enunciação histórica consiste no movimento linguístico de narração daquilo que já foi executado, sendo utilizada, hoje, mais frequentemente na língua

escrita³. Com o emprego desse modo enunciativo, percebemos que o locutor expressa a seu interlocutor algo que já ocorreu, algo passado, sem que isso precise, para se concretizar no mundo como acontecido, do juízo de valor, da opinião, ou da marcação de pessoa, de um “eu”. Nesse plano enunciativo, então, são relatados unicamente acontecimentos já ocorridos e, por isso, ele está relacionado a eventos no passado.

É importante ressaltar que, no plano histórico, para tratar de algo já ocorrido, não contamos com a interferência de um locutor, pois é justamente a marca de primeira pessoa que indica a emissão de uma opinião ou de algum juízo de valor acerca do que está sendo contado. Quem se apropria desse movimento enunciativo não utiliza a posição de “eu” dentro do discurso, pois não estabelece a relação entre *eu* : *tu*, focando-se e enunciando somente na terceira pessoa, no *ele*. Assim, a não-pessoa passa a ser a marca do plano enunciativo histórico, uma vez que o foco está naquilo que se conta, e não em quem conta.

Por se tratar da narração de algo passado, Benveniste (1991), em sua hipótese, apresenta que “a enunciação histórica comporta três tempos: o aoristo (= *passé simple* ou *passé défini*), o imperfeito (incluindo-se a forma em *-rait* dita condicional) e o mais-que-perfeito.” (BENVENISTE, 1991, p. 262). Logo, podemos notar que, por se tratar de algo que já fora realizado e que está somente sendo contado “objetivamente”⁴, o uso de verbos em tempos passados se faz condizente, excluindo, dessa forma, o presente, por se tratar de um tempo verbal que pede, obrigatoriamente, a utilização e a manifestação do *eu*.

A partir disso, o linguista passa à análise de diversos trechos de textos, entre eles um de história grega, escrito pelo autor G. Glotz, que citamos abaixo.

Pour devenir les maîtres du marché méditerranéen, les Grecs *déployèrent* une audace et une persévérance incomparables. Depuis la disparition des marines minoenne et mycénienne, l'Égée *était* infestée par des bandes de pirates: il n'y *eut* longtemps que des Sidoniens pour oser s'y aventurer. Les Grecs *finirent* pourtant par se débarrasser de cette plaie: ils *donnèrent* la chasse aux écumeurs de rivages, qui *durent* transférer le principal théâtre de leurs exploits dans l'Adriatique. Quant aux Phéniciens qui *avaient fait* profiter les Grecs de leur expérience et leur *avaient appris* l'utilité commerciale de l'écriture, ils *furent* évincés des côtes de l'Ionie et chassés des pêcheries de pourpre égéennes; ils *trouvèrent* des concurrents à Chypre et jusque dans leurs propres villes. Ils *portèrent* alors leurs regards vers l'Ouest; mais là encore les Grecs, bientôt installés en Sicile, *séparèrent* de la métropole orientale les colonies phéniciennes d'Espagne et d'Afrique. Entre l'Aryen et le Sémite, la lutte commerciale ne *devait* cesser dans les mers du Couchant qu'à la chute de Carthage.

³ O movimento linguístico da narração histórica aparece muito frequentemente em textos históricos e notícias, o que pode levar a crer, erroneamente, que tal plano se manifesta somente na escrita. Porém, o plano histórico não está limitado somente à manifestação escrita, mas sim é mais comumente utilizado nessa forma.

⁴ Valemo-nos, aqui, de Ciulla, que explica as aspas de “objetivamente”, da seguinte maneira: “Objetivamente”, aqui, significa que tem um efeito de objetividade, isto é “os acontecimentos expressos nessa forma verbal são tratados como se tivessem sido produzidos sem qualquer intervenção do locutor.” (CIULLA, 2020, p. 198)

Para se tornarem os senhores do mercado mediterrâneo, os gregos *desenvolveram* uma audácia e uma perseverança incomparáveis. Desde o desaparecimento das marinhas minóica e micênica, o Egeu *estava* infestado de bandos de piratas: por muito tempo *houve* apenas os sidônios para ousarem aventurar-se. Os gregos *acabaram* no entanto por desembaraçar-se desse flagelo: *deram* caça aos piratas de litorais, que *tiveram* de transferir o principal teatro das suas ações para o Adriático. Quanto aos fenícios, que *tinham feito* aproveitar os gregos da sua experiência e lhes *havam ensinado* a utilidade comercial da escrita, *foram* vencidos e afastados das costas da Jônia e expulsos das pescarias egéias de púrpura; *encontraram* concorrentes em Chipre e até nas duas próprias cidades. *Dirigiram* então os olhos para o oeste; mas ainda aí os gregos, logo instalados na Sicília, *separaram* da metrópole oriental as colônias fenícias de Espanha e de África. Entre o ariano e o semita, a luta comercial não *devia* cessar nos mares do poente a não ser com a queda de Cartago. (BENVENISTE, 1991, p. 263-264)

Primeiramente, vale ressaltar que todos os verbos marcados em itálico foram originalmente sinalizados no texto de Benveniste (1991) e na tradução. Os verbos destacados na língua francesa demonstram que a teoria do linguista se confirma, efetivamente, uma vez que estão flexionados dentro dos três tempos citados anteriormente: aoristo, imperfeito e mais-que-perfeito.

Assim, por conta do movimento de tradução, ser-nos-á permitido demonstrar um aspecto de nossa verificação de hipótese, no momento de análise, a respeito de como se organiza o sistema verbal da língua portuguesa dentro dos planos enunciativos. Já adiantamos aqui que os tempos verbais empregados em português, no caso do exemplo acima, são pretérito perfeito, pretérito imperfeito e pretérito mais-que-perfeito, tanto na forma simples quanto na composta.

Dito isso, partimos, agora, para o plano enunciativo que concorre como oposto ao anteriormente discutido, o da enunciação de discurso. Esse predispõe a presença obrigatória de alguém que diz “eu” e dá conta de “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte, e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro.” (BENVENISTE, 1991, p. 267).

Ao iniciar sua explanação sobre esse plano enunciativo, Benveniste (1991) ressalta a não vinculação estrita entre o plano do discurso com a fala, pois, ao considerá-lo concorrente e oposto ao plano histórico, o qual é, atualmente, no francês, mais frequentemente empregado em textos formais escritos, poderíamos pensar algo nesse viés. Porém, o discurso abrange toda a manifestação linguística que abarca a autorreferência, ou seja, o *eu* marcado, que remete à instância presente de *eu*, seja essa produção falada ou escrita. Dessa maneira, faz-se equivocado associar, de antemão, o plano do discurso com, somente, a língua falada, sendo ele utilizado também em textos escritos. Além disso, também é equivocado associar o plano

histórico ao escrito, sendo apenas uma contingência à observação desse modo enunciativo em textos formais escritos.

Como já mencionado, a passagem de um plano para outro ocorre natural e espontaneamente, de acordo com aquilo que está sendo relatado. Por conta disso, é possível que se considere, a depender da manifestação do locutor e do que está sendo contado, um terceiro plano enunciativo. Esse plano ocorre a partir da confluência que há entre os planos enunciativos histórico e do discurso, pois, a partir do encontro dos dois, é possível que se produza o discurso indireto:

Indiquemos, como entre parênteses, que a enunciação histórica e a do discurso podem, conforme o caso, conjugar-se num terceiro tipo de enunciação, no qual o discurso é referido em termos de acontecimento e transposto para o plano histórico: é o que comumente se chama *discurso indireto*. As regras dessa transposição implicam problemas que não serão examinados aqui. (BENVENISTE, 1991, p. 267)

Contudo, por mais que seja um aspecto importante dos planos enunciativos, o autor não discute as características e os problemas dessa transposição, como também nós não levaremos em conta esse adendo para a nossa análise do sistema verbal da língua portuguesa. O discurso indireto mereceria um trabalho que exigiria outros encaminhamentos, fugindo ao escopo desta pesquisa. Ficaremos, então, somente com os dois planos enunciativos iniciais: o histórico e o do discurso.

Dando continuidade à análise do plano do discurso: do mesmo modo que é possível separar os tempos verbais disponíveis para a manifestação dentro do plano enunciativo histórico, a língua francesa também dispõe de tempos verbais que veiculam o plano enunciativo do discurso. Por ter essa característica avessa, o discurso emprega livremente todos os tempos verbais que não são o aoristo, uma vez que não se conjuga o aoristo na primeira pessoa, que é, por excelência, a pessoa do discurso. Destaca-se o emprego dos seguintes tempos, de acordo com Benveniste (1991): presente, futuro e perfeito, sendo comum a ambos os planos somente o imperfeito.

Assim, fazem parte do escopo do discurso todas as formas verbais que propiciam um “eu” a falar para um “tu” sobre um “ele”, sendo essa terceira pessoa menos valorosa, se comparada à sua importância no plano histórico. Nesse universo do plano discursivo, o que se sobressai, de fato, é quem diz sobre o que diz, sendo possível, então, que o “eu” faça seus juízos de valores, seus comentários e suas intromissões no relato.

Ademais, Benveniste (1991) faz retomada, ao diferenciar os tempos verbais utilizados no plano do discurso, ao artigo publicado por Meillet, 50 anos antes de seus estudos, e intitulado: *Linguistique historique et linguistique générale*. Nele, há a discussão sobre “o

desaparecimento das formas simples do pretérito” em língua francesa, ou seja, o aoristo. A partir disso, Benveniste (1991) diz que “*desaparecimento* seguramente não convém” (BENVENISTE, 1991, p. 268), pois nenhuma forma, de língua alguma, desaparece, a não ser que ela não se faça mais necessária, ou outra forma cumpra seu papel de maneira mais produtiva. Ou seja, por mais que o aoristo tenha perdido seu espaço de utilização na língua falada e tenha sido substituído pela forma composta de passado, a sua função permanece muito bem exercida quando o intuito é expressar um passado “absoluto” e “objetivo”, histórico. Sendo assim, concluímos, com Benveniste (1991), que nenhuma forma desaparece, mas sim que ou tem sua atuação linguística modificada ao longo do tempo ou se torna obsoleta, mas somente se deixar de haver a necessidade de evocar o sentido que expressava.

A partir disso, de uma reflexão que coloca as formas da língua em relação à sua função de emprego, a discussão se volta para a análise da relação entre os tempos simples e os compostos, sendo eles divididos em dois grupos que apresentam simetria. Benveniste (1991), então, após apresentar exemplos de conjugação do verbo *écrire* tanto nas formas simples, quanto nas compostas, propõe que a relação entre elas não é temporal, confirmando e aprofundando a sua hipótese, lançada nos questionamentos que faz no início do artigo de 59. Dessa maneira, os tempos compostos mantêm com os simples dois tipos diferentes de relação do verbo francês: a existência de um correlato de forma composta para um verbo de forma simples em conjugação no *perfeito*; os tempos compostos indicam anterioridade.

A respeito do primeiro ponto, sobre a correlação entre formas simples e compostas, Benveniste (1991) explica que, na língua francesa, o *perfeito* é o conjunto de formas compostas que apresentam ações acabadas em relação ao tempo da narrativa, sendo esse momento um resultado daquilo que passou.

Sobre o segundo ponto, é importante lembrar as diferenças entre o tempo cronológico e o tempo verbal. Nessa linha de raciocínio, para a anterioridade, deve se levar em consideração a relação lógica e intralinguística entre o que está sendo relatado e o tempo verbal simples. Ou seja, ela “mantém o processo *dentro do mesmo tempo* que é expresso pela forma correlativa simples.” (BENVENISTE, 1991, p. 273). A partir disso e retornando à sua crítica quanto à nomenclatura das gramáticas, ao considerarmos a relação de anterioridade, aceitamos que há somente um passado, e que a noção de passado do passado, ou passado do futuro fica enfraquecida.

Logo, a proposta de Benveniste (1991) a respeito da existência de dois planos enunciativos distintos, complementares e concorrentes abarca tanto as formas simples quanto as compostas, sendo elas distribuídas de acordo com a intenção de foco no *eu* ou no que está

sendo narrado. Isso para o francês. De nossa parte, então, nos cabe pensar como se dá a existência de planos enunciativos distintos em português, a começar pelo papel das formas verbais nesse processo.

1.2 Alena Ciulla - *O tempo dos verbos como categoria de análise textual e Análise textual à luz da teoria benvenistiana: uma reflexão sobre o tempo verbal*

A proposta de Benveniste (1991) foi analisada também por Ciulla (2020; a sair) que, em dois artigos, discutiu algumas facetas da hipótese do linguista. Em Ciulla (2020), no artigo intitulado *O tempo dos verbos como categoria de análise textual*, a autora discute a sua interpretação sobre os planos enunciativos, propõe uma análise de textos a partir da ocorrência e da distribuição dos verbos em língua portuguesa, amparando-se tanto em Benveniste (1991) quanto em Weinrich (1977). Já em seu segundo texto, *Análise textual à luz da teoria benvenistiana: uma reflexão sobre o tempo verbal*, Ciulla (a sair), dirige o foco para a compreensão da participação dos tempos verbais na construção de sentido, assim como também faz uma crítica à interpretação de Weinrich (1977) sobre a questão dos planos⁵.

Em Ciulla (2020), a autora inicia sua discussão em confluência com a observação feita por Benveniste (1991) a respeito da abordagem tradicional dos estudos sobre os verbos, que costuma centrar-se no domínio gramatical, ou seja, na compreensão do modo, do aspecto e do tempo verbal. O objetivo principal da autora é não somente debruçar-se sobre os verbos para estudar aquilo que tradicionalmente se faz, mas sim tentar compreender, a partir do que foi discutido no artigo *As relações de tempo no verbo francês*, de Émile Benveniste (1991), qual é a participação do emprego do tempo verbal no processo de produção de sentido da construção textual.

Dessa maneira, a autora retoma a distinção entre os planos enunciativos *histórico* e *discursivo*, sempre em consonância com Benveniste (1991), o que repetimos aqui. O plano histórico é aquele que apresenta os fatos acontecidos e que não necessita da intromissão opinativa ou testemunhal do locutor. Esse plano fica centrado no *ele* (a não-pessoa). O plano discursivo é acionado com a possibilidade e/ou com a necessidade do juízo de valor de quem fala, ou com o seu simples testemunho, apresentando uma seleção de tempos verbais que contemplam o par enunciativo *eu-tu*.

⁵ Essa crítica se faz particularmente importante, pois no âmbito da Linguística Textual no Brasil, Weinrich é frequentemente convocado para referenciar a questão, sem que se tenha feito os necessários adendos e reparos.

Como base para a proposta prática de análise do sistema verbal português, Ciulla (2020) ressalta a importância da compreensão do termo *processus*, que, diferenciando-se do que significa “processo”, ou seja, uma sequência de ações feitas em ordem, refere-se justamente ao encontro da organização do tempo com a categoria de pessoa proposta por Benveniste (1991), no artigo *Estrutura das relações de pessoa no verbo*. Esse é o aprofundamento que dá a autora à noção de tempo verbal, atrelado indissociavelmente à noção de pessoa:

Assim, acrescenta-se à marca de pessoa dos verbos, também o seu aspecto pessoal-temporal, lembrando que o tempo presente é sempre o tempo do eu que fala e é este tempo que pode estar implicado ou não nos enunciados. Em conjunto ou isoladamente, essas marcas determinam a instância daquilo que é enunciado, como pertencente à realidade de quem enuncia ou, ao contrário, a uma realidade objetiva e independente da ação ou do julgamento do locutor, do ponto de vista formal. Assim, as formas verbais estabelecem o *processus* textual, organizando as ações que representam no tempo – não o tempo cronológico, mas o tempo relacionado à pessoa do discurso. (CIULLA, 2020, p. 12)

A partir disso, conforme a autora, abre-se a possibilidade para uma análise do fenômeno nos textos, uma vez que, por se tratar da organização temporal aliada com a pessoa do discurso, o tempo passa a representar uma propriedade efetivamente textual. A pessoa, ao instituir os elementos que permitem a referência, e ao lado do tempo verbal, organiza as realidades dos enunciados, ora indicando uma realidade marcadamente subjetiva, ora indicando uma realidade objetiva.

É importante, neste ponto, salientar que Weinrich (1977), fundamentando suas ideias em Benveniste (1991), demonstra, em seu trabalho, a sua interpretação dos planos enunciativos *histórico* e *discursivo*, vinculando-os ao que ele nomeia, respectivamente, como *erzählte Welt* e *besprochene Welt*, ou seja, o *mundo narrado* e o *mundo comentado*. Em seu estudo, na obra *Tempus, Besprochene und erzählte Welt*, de 1977, o autor alemão utiliza o método de contagem dos verbos em língua alemã de diferentes excertos, distribuindo, assim, os verbos de acordo com os mundos aos quais eles pertencem. Com isso, o autor propõe, baseando-se na teoria de Benveniste (1991), em sua compreensão da língua alemã e em sua visão da função textual dos tempos verbais, um esqueleto de organização dos verbos da língua alemã, exercício semelhante ao que Ciulla propõe em seu artigo de 2020. Porém, não iremos seguir aqui exatamente essa mesma proposta de análise, uma vez que, em 2021, ao apresentar seu trabalho *Análise textual à luz da teoria benvenistiana: uma reflexão sobre o tempo verbal* (artigo a sair), Ciulla propôs uma nova leitura, mais aprofundada, sobre a questão levantada por Benveniste (1991), que nos parece mais condizente com a reflexão que fazemos agora.

No artigo supracitado, Ciulla (a sair), ao contrário do que fora feito no artigo de 2020, a proposta não é aplicar a teoria de Benveniste-Weinrich em análise de textos em língua portuguesa, mas sim compreender o funcionamento dos textos a partir do aspecto específico que se vincula aos planos enunciativos, conforme Benveniste (1991). Nas palavras da autora:

A ideia não é aplicar tais categorias em análises de textos, para “confirmar” a proposta de Benveniste, observando as marcas do tempo verbal nos textos do português e seus efeitos de sentido, pois isso seria repetir uma certa tradição hermenêutica de análise de textos, que se ocupa do texto como produto. Embora esse seja um método válido de análise, que acrescenta aos estudos sobre a sociedade, não acrescenta tanto às teorias da linguagem, no que diz respeito ao funcionamento das línguas.

É justamente este o meu interesse: o que encaminho aqui é uma análise de um aspecto do funcionamento dos textos e não do sentido de textos particulares em que tais aspectos entram em jogo. (CIULLA, a sair)

Dessa maneira, o que Ciulla propõe nesse artigo não é uma união entre a teoria de Benveniste (1991) e a de Weinrich (1977), pois, como já anunciamos e veremos com mais detalhe a seguir, a autora percebe uma dissonância da proposta de Weinrich em relação à teoria de Benveniste. A autora passa, então, a uma interpretação do “que diz respeito a uma certa organização das formas verbais que propiciam diferentes efeitos de sentido para os enunciados e, conseqüentemente, para os textos” (CIULLA, a sair).

A autora estrutura seu artigo em três partes: a concordância e a explanação da hipótese de Benveniste (1991) sobre os planos enunciativos e a distribuição dos tempos verbais da língua francesa dentro desse esquema; a crítica feita à leitura de Weinrich e a errônea correspondência entre os planos e os mundos narrado e comentado, além da discussão acerca do tempo presente, o que irá ajudar na nossa empreitada de propor uma análise para o sistema verbal do português.

Observamos que Ciulla (a sair) seguiu alinhada com a teoria de Benveniste (1991), ainda tomando como base para seus estudos a diferenciação que ocorre no texto quando acionados o plano enunciativo histórico ou o do discurso, mas descartou o tipo de deslocamento para o texto proposto por Weinrich (1977). Com isso em vista, partimos, então, para a crítica destinada à obra de Harald Weinrich: *Tempus. Besprochene und erzählte Welt* de 1977.

Para Ciulla (a sair), a complexidade da descrição de Benveniste sobre os verbos do francês já alerta sobre a teoria do linguista alemão, que coloca em simples correlação os planos e os “mundos”. Em sua hipótese, Weinrich põe em paralelo o *erzählte Welt* com o plano narrativo, e o *besprochene Welt* com o plano discursivo, o que, de certo modo, apresenta-se como algo coerente, porém, a interpretação que ele faz dessa correspondência, segundo Ciulla (2021), ocorre de maneira simplificada e superficial. De acordo com a autora,

na diferenciação entre as hipóteses de Benveniste (1991) e Weinrich (1977), vemos, por exemplo, o fato de que Benveniste propõe um pensamento sobre a língua e suas manifestações de linguagem a partir dos planos enunciativos, enquanto Weinrich propõe, a partir dos mundos, análises de enunciados em gêneros textuais específicos.

A partir disso, por haver essa diferença de objetivo, pois um pretende analisar a estrutura da língua e suas manifestações com certas funções nos enunciados, e o outro, a “aplicação” dessas manifestações como modos de textualização, fica evidente a dessemelhança entre eles.

Tanto para Benveniste (1991) quanto para Weinrich (1997), a noção de tempo deve ser diferenciada entre o cronológico e o linguístico, pois, quando se trata dos verbos, o tempo é sempre linguístico. Conforme vimos no início deste trabalho, o autor alemão chama a atenção para o fato de que a gramática tradicional despreza essa diferença, ao nomear os tempos verbais como “pretérito” e “futuro”, por exemplo, sem levar em conta o emprego dos verbos que efetivamente expressam tempo. Benveniste (1991) explica isso, dizendo que somente expressam tempo os verbos que se associam ao presente de *eu*. Fora dessa instância, ou seja, fora da alçada que atinge a marca de pessoa, o contraponto não é exatamente o tempo cronológico, que se mostra nas datas dos calendários e nos horário dos relógios, mas sim, podemos dizer, um não-tempo, porque se mostra como o eixo do absolutamente distante no tempo, ou seja, não é relativamente distante ao *eu*, é simplesmente colocado em algum ponto da sucessão dos acontecimentos, independentemente da posição de *eu*.

Nesse sentido, o que distingue fundamentalmente Benveniste (1991) e Weinrich (1977) não é a noção de tempo, mas o modo de ver o efeito do tempo verbal nos textos. Para Benveniste (1991) é uma questão de situar os enunciados no *processus*, organizando o que é do alcance de quem fala, pelo emprego de formas que remetem a *eu*, e o que está no plano do acontecido, do fato, do passado das coisas que se contam por si só, assim como os textos históricos e as notícias. Para Weinrich (1977), o tempo serve para distinguir o que é narrativa do que é comentário, ou seja, para distinguir modos de textualização em que um tem a participação ativa de *eu* como locutor, enquanto o outro não apresenta essa “atitude enunciativa”, conforme a expressão do autor. Além disso, ele toma como narrativa somente o relato histórico, não levando em conta que podemos narrar, em determinados gêneros textuais, em primeira pessoa.

Nas palavras de Ciulla (a sair) “o tempo, para Weinrich, passa a ser um indicador, pela estatística e frequência, de uma certa visada, entre tipos de textos, entre a narrativa e o comentário.”, pois a obra do autor apresenta uma análise minuciosa e numerosa de

levantamento de utilização verbal de acordo com o gênero textual estudado, de modo a comprovar a diferenciação entre os mundos. Ou seja, enquanto Benveniste (1991) se ocupou de compreender as possibilidades de posições enunciativas, Weinrich (1977) limitou-se à compreensão de modos de textualização.

Além disso, Ciulla (a sair) aponta que, enquanto Benveniste (1991) encara a possibilidade do uso dos planos enunciativos como algo que o locutor tem disponível na língua, Weinrich (1977) enxerga a alternância sob a perspectiva da escolha daquele que fala, tendo em vista a modificação no estilo de textualização particular de cada falante. O encaminhamento do linguista alemão, assim como apontado por Ciulla (a sair), também vai de encontro com o que propõem Revaz; Lugin e Adam (1988). Esses autores não concordam com a divisão binária dos planos enunciativos perpassada pelos estudos de Weinrich, entre outros (conforme citação abaixo). Nesse sentido, Ciulla (a sair) não se atém diretamente a isso, senão no fato de que, a partir dessa ideia binária, Weinrich (1977) dá a entender que existe oposição entre os mundos, sendo eles concorrentes, enquanto Benveniste (1991) os dispõe como complementares e não opostos.

Assim, a principal crítica que sustentamos aqui é a de que a confusão do plano histórico com a narrativa (iniciada por Genette e sacramentada por Weinrich e todos os que se seguiram) enfraquece o princípio fundamental da visada dos planos histórico e discursivo como dois modos de se colocar na linguagem: uma que tende a uma posição que se apresenta como objetiva e outra que é uma posição de subjetividade declarada. Assim, se empregam as formas do plano histórico, quando esta organização é necessária, quando não se pode manifestar a certeza do cálculo, quando há a necessidade da evidência. Por outro lado, quando há lugar para o debate, ao testemunho ou à opinião, empregam-se as formas do plano discursivo. Contudo, os planos se atravessam, porque “a passagem constante entre os dois registros é um caráter dominante da linguagem”. (CIULLA, 2021, p. 8)

Após isso, passamos, agora, para a terceira parte do artigo de Ciulla (a sair) sobre o tempo presente. É válido ressaltar, desde então, que o texto produzido pela autora se baseia na obra *Histoire, discours: retour sur quelques difficultés de lecture*, de Michel Arrivé. Ciulla (a sair) afirma que Benveniste concebe o tempo presente como pivô da temporalidade linguística, o que atesta pela seguinte passagem:

A marca temporal do presente só pode ser interior ao discurso. O *Dictionnaire général* define o presente como “o tempo do verbo que exprime o tempo em que se está”. Devemos tomar cuidado; não há outro critério nem outra expressão para indicar “o tempo em que se está” senão tomá-lo como “o tempo em que se fala”. Este é o momento eternamente “presente”, embora não se refira jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia “objetiva”, porque é determinado cada vez pelo locutor, para cada uma das instâncias de discurso referidas. O tempo linguístico é sui referencial. Em última análise, a temporalidade humana, com todo o seu aparato linguístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem. (BENVENISTE, 1991, p.289)

Tal apontamento aposta, então, na ideia de que a discussão sobre o tempo presente está relacionada com as questões subjetivas da língua, ou seja, refere-se ao que é intralinguístico. Isso significa que, por ser um tempo verbal que está sendo constantemente atualizado por quem diz “eu”, o tempo presente se faz sui referencial, isto é, ele indica tanto o tempo de fala do locutor, quanto o momento de ocorrência daquilo que se fala. Para Benveniste (1991) o presente é o tempo, por excelência.

A um leitor desavisado, por mais que isso seja trabalhado em *As relações do tempo no verbo francês*, texto de 1959, a questão do presente pode não parecer muito clara em Benveniste, já que não há neste artigo uma extensa explicação sobre esse elemento linguístico. Conforme Arrivé (1997), inclusive acusaram-no de, na hipótese dos planos enunciativos, ter silenciado a discussão a respeito do tempo verbal presente, e ainda o criticaram, pois a questão parecia até mesmo contraditória no estudo de Benveniste. Porém, segundo Ciulla (a sair), “percebemos que Benveniste foi econômico nas suas explicações, porém não negligente.” Como podemos constatar, a questão já havia sido discutida pelo autor no artigo *Da subjetividade na linguagem*, publicado no *Journal de psychologie* em 1958, também na obra *Problemas de Linguística Geral I*, e no artigo de 1965, *A linguagem e a experiência humana*, publicado no *Problemas de Linguística Geral II*. Existem, então, outros aspectos que são discutidos por Benveniste, mostrando a relevância e a importância do tempo presente e que comprovam que isso foi, sim, trabalhado pelo linguista ao longo de seus estudos, conforme apontamos a seguir.

Em primeiro lugar, para Benveniste, não há coincidência entre o presente do discurso e o presente do locutor, assim como não há com o presente histórico. Por “presente do locutor” se entende como o momento em que o locutor fala sobre algo, por exemplo, o momento em que o presidente faz uma declaração, às 14h30 de um certo dia; por “presente do discurso”, entende-se o tempo da ação que é verbalizada como acontecida no presente, por exemplo, o presidente em sua declaração, dizer “Luto pelo bem-estar do meu povo”. A ação de lutar implicada na forma de primeira pessoa do presente “luto” não coincide exatamente com a ação que o presidente realiza naquele momento. A forma verbal presente, nesse caso, indica uma espécie de passado recente, de uma ação não acabada, algo que se poderia expressar por “tenho lutado” e ao mesmo tempo expressa uma intenção futura, de continuar lutando, mas não coincide com a ação efetivamente realizada naquele exato momento pelo presidente. Assim, vê-se que a aparente incompatibilidade do presente no “presente histórico”, na narrativa de algo já passado, como “os muros da Bastilha caem em 1789” não é contraditória,

pois o próprio presente do indicativo não coincide com o tempo do locutor e pode até mesmo significar algo passado.

De acordo com Benveniste (1991), esse encontro de tempos cronológicos e linguísticos, ou seja, o presente do locutor e do fato enunciado, só seria possível a partir dos verbos performativos. Essa categoria consiste em verbos que são executados simplesmente por meio da pronúncia em voz alta, no momento em que enuncia. Por exemplo: quando um juiz condena alguém para a prisão, a sua ação de condenar é concluída ao mesmo tempo em que ele diz: "Eu o condeno a cinco anos de prisão", isto é, o ato narrado e o momento de fala são iguais, pois o juiz está enunciando o trecho "eu condeno", ao mesmo tempo em que essa condenação se realiza no mundo.

Porém, ao considerarmos o conceito de presente, deparamo-nos com a seguinte questão: se tudo aquilo que ocorre no presente já ocorreu, pois o tempo não estaciona para que algo aconteça, então, o presente, como tempo cronológico, não existe. Ilustrando: quando alguém declara algo que está fazendo em um determinado momento, como "eu leio", o ato de ler se dá em um momento que só é presente por milésimos de segundos, uma vez que o tempo, de maneira alguma, para de correr. Ademais, um outro caso seria o do exemplo "eu vou ali", que não corresponde a ir no exato momento da fala, mas sim que irá acontecer logo em seguida, sendo, então, o anúncio de algo que vai ser feito após o término do ato enunciativo. Assim, ambas situações linguísticas nos levam a pensar que o presente, como algo cronológico, não existe e que se manifesta a partir da língua como um passado recente ("eu leio") e um futuro próximo ("eu vou ali"), ou como "eu luto" do exemplo que mencionamos acima, do pronunciamento do presidente, que pode significar passado recente de uma ação que não foi encerrada e, portanto, tem também um efeito de futuro.

A não ser no caso dos verbos performativos, todas as outras situações de aplicação do tempo verbal presente apresentam incompatibilidades temporais, porque há diferença cronológica entre a duração da ação enunciada e o momento da enunciação. Assim, concordamos com Ciulla (a sair), que assinala que o tempo verbal presente se baseia somente no breve momento de enunciação, ou seja, no espaço de tempo que abrange a emissão do locutor e a realização do fato anunciado. Dessa maneira, teríamos, então, as noções de um presente momentâneo - como é o caso já citado do exemplo do juiz que condena alguém à prisão -, de um passado recente - como em "eu leio" -, considerando uma ação que foi proferida e, imediatamente, realizada, e de um futuro próximo, que seria algo a ser realizado logo após o proferimento do enunciado - como "eu vou ali". Sobre isso, pode-se concluir ainda:

O presente do locutor não se limita a um ponto, nem mesmo ao breve segmento de tempo que necessita a produção material do enunciado. O presente transborda por todos os lados aquilo que o sujeito toma como ainda presente (o passado recente) ou como já presente e ou inelutável (o futuro próximo). (ARRIVÉ, 1997, p.3 apud CIULLA, a sair)

Feitas essas observações sobre o tempo presente, tecemos ainda alguns comentários sobre o presente histórico. Em Ciulla (a sair), ressalta-se a questão de que esse tempo verbal ficaria ainda sem uma resposta, uma vez que o que foi dito só vale para a exata coincidência do discurso. A partir disso, como o presente histórico, a partir da hipótese de Benveniste (1991), serviria para relatar elementos que não são sui referenciais, isto é, que não têm a participação do locutor como um juiz de valor daquilo que se conta, esse tempo verbal, ainda de acordo com o linguista, seria como um artifício de estilo.

Na tentativa de especular um desenvolvimento mais esclarecedor para essa saída que Benveniste oferece ao problema, Ciulla (a sair) afirma que:

A atitude de Benveniste é a de remeter o presente histórico às margens da língua e o “artifício de estilo” seria uma metáfora enunciativa que expressa que a totalidade da instância enunciativa é, neste caso, por artifício, deslocada, metaforizada em passado, daí o efeito incontestável de presentificação do passado que se obtém. (CIULLA, a sair)

Esse “artifício de estilo” se dá como uma metáfora enunciativa. Ou seja, o presente histórico é utilizado como um mecanismo que transporta o interlocutor para a cena narrada, pois o presente que se conta está no passado, mas, a partir desse recurso, aquele a quem se dirige o discurso tem uma impressão de que o ocorrido se desenrola diante de seus olhos. Exemplificamos: se alguém relata “Estava dormindo e, de repente, meu irmão me joga um balde d’água”, quem lê ou escuta tem o efeito, pela metáfora do presente em “me joga”, da vivência da ação surpreendente, flagrada naquele momento.

Nessa toada, como explicitado e discutido ao longo dos pressupostos teóricos e levando em consideração ambos os estudos de Ciulla (202 e a sair), faz-se possível a elaboração de uma proposta de análise do sistema verbal do português, a partir da hipótese de que as línguas se organizam, de maneira a dispor de um aparelho formal enunciativo, o que permite as suas manifestações dos falantes em diferentes planos de ações.

2. METODOLOGIA

O trabalho que se desenvolveu até aqui teve o objetivo inicial de, a partir dos estudos de Benveniste (1991), compreender as organizações dos verbos no sistema da língua francesa, além de entender as diferenciações existentes entre os dois planos enunciativos que o linguista estudou: o plano histórico e o plano do discurso.

Como objetivo subsequente, nossa proposta é a de, a partir das considerações de Benveniste (1991) e de Ciulla (2020 e a sair), investigar como os planos enunciativos se organizam e se manifestam em língua portuguesa. Isso se justifica, inicialmente, por conta da incompletude da divisão dos verbos feita pela gramática tradicional em passado, presente e futuro, que não dá conta de sinalizar os diferentes efeitos de sentido produzidos pela manifestação de distintos tempos verbais. Ademais, assim como feito por Benveniste (1991) com a língua francesa, nosso objetivo é analisar como se dá a diferenciação e a passagem de um plano enunciativo para o outro em língua portuguesa, observando quais são os recursos linguísticos recrutados para isso.

Partimos das seguintes premissas:

- O tempo linguístico é o que expressa uma relação com a instância de *eu*.
- O plano histórico e o plano discursivo não se aplicam apenas ao francês, mas a qualquer língua em que se verifique a intenção histórica e/ou, ao contrário, a intenção de testemunhar e opinar.
- A oposição entre os tempos verbais passado simples (*passé simple*/aoristo) e passado composto (*passé composé*) é o que se destaca na configuração do plano histórico no francês. Em português, não se verifica um tempo como o aoristo, exclusivamente histórico.

Assim, a principal pergunta de pesquisa que guia a nossa análise é: quais os recursos que estão em jogo no português para configurar o plano histórico, distinguindo-o do plano discursivo? E, a nossa principal hipótese, que responderia a essa pergunta é de que, nas palavras de Ciulla (a sair): “partindo da constatação de que as formas verbais pretéritas no português são temporais, a distinção de planos no português é realizada com outros recursos que se organizam em torno de ‘banir’ ou incluir pessoa”.

Para tanto, observamos trechos utilizados no artigo *As relações de tempo no verbo francês*, por Émile Benveniste (1991), os quais serviram de base para a própria análise do linguista. Esses textos, que são analisados na versão original da obra, em francês, foram traduzidos na edição brasileira. Com isso, temos, dentro do próprio artigo de Benveniste

(1991), um campo de análise, uma vez que, a partir do esforço do tradutor em achar tempos verbais equivalentes, podemos perceber alguns aspectos de como os planos enunciativos se configuram em língua portuguesa.

Também foi feita uma análise de um trecho de um conto, a qual, como veremos, é importante para enfatizar aspectos da configuração do plano discursivo em língua portuguesa.

3. ANÁLISE

Abaixo estão transcritos os três trechos utilizados por Benveniste (1991); os dois primeiros são textos históricos do autor G. Glotz; o último faz parte da obra *A Comédia humana*, de Honoré de Balzac. Vale ressaltar que o linguista, para exemplificar os planos enunciativos, valeu-se, exclusivamente, de trechos que mostram o plano histórico, ainda que se observe uma *intrusão* de alguns trechos do plano do discurso conforme comentaremos a seguir.

Cada trecho será seguido de um quadro com a sumarização das formas verbais empregadas, conforme suas classificações temporais, além de apresentarem marcações em cores que distinguem as diferentes formas.

Exemplo 1:

Pour devenir les maîtres du marché méditerranéen, les Grecs *déployèrent* une audace et une persévérance incomparables. Depuis la disparition des marines minoenne et mycénienne, l'Égée *était* infestée par des bandes de pirates: il n'y *eut* longtemps que des Sidoniens pour oser s'y aventurer. Les Grecs *finirent* pourtant par se débarrasser de cette plaie: ils *donnèrent* la chasse aux écumeurs de rivages, qui *durent* transférer le principal théâtre de leurs exploits dans l'Adriatique. Quant aux Phéniciens qui *avaient fait* profiter les Grecs de leur expérience et leur *avaient appris* l'utilité commerciale de l'écriture, ils *furent* évincés des côtes de l'Ionie et chassés des pêcheries de pourpre égéennes; ils *trouvèrent* des concurrents à Cypre et jusque dans leurs propres villes. Ils *portèrent* alors leurs regards vers l'Ouest: mais là encore les Grecs, bientôt installés en Sicile, *séparèrent* de la métropole orientale les colonies phéniciennes d'Espagne et d'Afrique. Entre l'Aryen et le Sémite, la lutte commerciale ne *devait* cesser dans les mers du Couchant qu'à la chute de Carthage. (BENVENISTE, 1991, p. 263 grifo nosso)

Com o intuito de observar de maneira mais clara as formas verbais marcadas em itálico no texto de Benveniste (1991), utilizamos dois recursos. O primeiro é um quadro, **Quadro 2**, disposto abaixo, preenchido com os nomes das três formas verbais sinalizadas pelo autor: *passé simple*, *imparfait* e *plus-que-parfait*; o segundo é a sinalização dessas formas a partir de cores diferentes, de modo a destacar, de forma sistemática, as suas diferenças e as suas aparições.

Quadro 2:

Tempos verbais utilizados		
Passé simple (aoristo)	Imparfait	Plus-que-parfait
déployèrent, eut, finirent, donnèrent, durent, furent, trouvèrent, portèrent, séparèrent	était, devait	avaient fait, avaient appris

Tradução do “Exemplo 1”:

Para se tornarem os senhores do mercado mediterrâneo, os gregos *desenvolveram* uma audácia e uma perseverança incomparáveis. Desde o desaparecimento das marinhas minóica e micênica, o Egeu *estava* infestado de bandos de piratas: por muito tempo *houve* apenas os sidônios para ousarem aventurar-se. Os gregos *acabaram* no entanto por desembaraçar-se desse flagelo: *deram* caça aos piratas de litorais, que *tiveram* de transferir o principal teatro das suas ações para o Adriático. Quanto aos fenícios, que *tinham feito* aproveitadas as experiências dos gregos da sua experiência e lhes *haviam ensinado* a utilidade da escrita, *foram* vencidos e afastados das costas da Jônia e expulsos das pescarias egéias de púrpura; *encontraram* concorrentes em Chipre e até nas duas próprias cidades. *Dirigiram* então os olhos para o oeste; mas ainda aí os gregos, logo instalados na Sicília, *separaram* da metrópole oriental as colônias fenícias de Espanha e de África. Entre o ariano e o semita, a luta comercial não *devia* cessar nos mares do poente a não ser com a queda de Cartago. (BENVENISTE, 1991, p. 263-264 grifo do autor)

Novamente, com o intuito de organizar de forma mais clara as formas verbais (pretérito perfeito, pretérito imperfeito e pretérito mais-que-perfeito em sua forma composta), só que dessa vez em língua portuguesa, utilizamos o mesmo recurso de quadro (**Quadro 3**). A diferença aqui é que, para não confundir e não gerar uma relação direta entre as duas línguas estudadas, não nos valem do uso de cores para destacar os verbos, organizando-os, somente, de acordo com suas nomenclaturas e aparições no trecho.

Quadro 3:

Tempos verbais utilizados		
Pretérito perfeito	Pretérito imperfeito	Pretérito mais-que-perfeito (composto)
desenvolveram, houve, acabaram, tiveram, deram, foram, encontraram, dirigiram, separaram	estava, devia	tinham feito, haviam ensinado

Exemplo 2:

Quand Solon *eut accompli* sa mission, il *fit* jurer aux neuf archontes et à tous les citoyens de se conformer à ses lois, serment qui *fut* désormais prêté tous les ans par les Athéniens promus à la majorité civique. Pour prévenir les luttes intestines et les révolutions, il *avait prescrit* à tous les membres de la cité, comme une obligation

correspondant à leurs droits, de se ranger en cas de troubles dans l'un des partis opposés, sous peine d'atimia entraînant l'exclusion de la communauté: il *comptait* qu'en sortant de la neutralité les hommes exempts de passion *formeraient* une majorité suffisante pour arrêter les perturbateurs de la paix publique. Les craintes *étaient* justes; les précautions *furent* vaines. Solon n'*avait satisfait* ni les riches ni la masse pauvre et *disait* tristement: **“Quand on fait de grandes choses, il est difficile de plaire à tous.”** Il *était* encore archonte qu'il *était* assailli par les invectives des mécontents; quand il *fut sorti* de charge, ce *fut* un déchaînement de reproches et d'accusations. Solon *se défendit*, como toujours, par de vers; c'est alors qu'il *invoqua* le témoignage de la Terre Mère. On l'*accablait* d'insultes et de moqueries parce que “le coeur lui *avait manqué*” pour se fair tyran, parce qu'il n'*avait pas voulu*, “pour être le maître d'Athènes, ne fût-ce qu'un jour, que de sa peau écorchée on fit une outre et que sa race fût abolie”. Entouré d'ennemis, mais résolu à ne rien changer de ce qu'il *avait fait*, croyant peut-être aussi que son absence *calmerait* les esprits, il *décida* de quitter Athènes. Il *voyagea*, il *parut* à Cypre, il *alla* en Égypte se retremper aux sources de la sagesse. Quand il *revint*, la lutte des partis *était* plus vive que jamais. Il se *retira* de la vie publique et *s'enferma* dans un repos inquiet: il *vieillissait* en apprenant toujours et beaucoup”, sans cesser de tendre l'oreille aux bruits du dehors et de prodiguer les avertissements d'un patriotisme alarmé. Mais Solon n'*était* qu'un homme; il ne lui *appartenait* pas d'arrêter le cours des événements. Il *vécut* assez pour assister à la ruine de la constitution qu'il *croyait* avoir affermie et voir s'étendre sur sa chère cité l'ombre pesante de la tyrannie. (BENVENISTE, 1991, p. 264 grifo nosso)

Na análise do *trecho 2*, assim como feito com o *1*, utilizamos, mais uma vez, a alternativa de tabelar as formas verbais, assim como a de colori-las. Vale sinalizar que novas formas apareceram, sendo elas o *passé antérieur* e o *conditionnel*. Ademais, há, no exemplo, um grifo em amarelo, que fizemos para sinalizar algo que destoa e sobre o que comentaremos a seguir. Abaixo, então, as formas verbais distribuídas no **Quadro 4** de acordo com suas aparições e com as marcações de cores, igual ao que foi feito no trecho analisado.

Quadro 4:

Tempos verbais utilizados				
Passé antérieur	Conditionnel présent	Passé simple (aoristo)	Imparfait	Plus-que-parfait
eut accompli	formeraient	fit, fut, furent, se défendit, invoqua, décida, voyagea, parut, alla, revint, retira, enferma, vécut	comptait, étaient, disait, était, accablait, calmerait, vieillissait, appartenait, croyait	avait prescrit, avait satisfait, avait manqué, avait pas voulu, avait fait

Tradução do “Exemplo 2”:

Depois que Sólão *cumpriu* a sua missão, *fez* jurar aos nove arcontes e a todos os cidadãos que se conformariam às suas leis, juramento que *foi* desde então prestado todos os anos pelos atenienses promovidos à maioridade cívica. Para prevenir as lutas intestinas e as revoluções, ele *havia prescrito* a todos os membros da cidade, como uma obrigação correspondente aos seus direitos, que se alistassem, em caso de perturbações, num dos partidos opostos, sob pena de atimia acarretando a exclusão

da comunidade: *contava* que, saindo da neutralidade, os homens isentos de paixão *formariam* u'a maioria suficiente para deter os perturbadores da paz pública. Os temores *eram* justos; as precauções *foram* vãs. Sólão não *havia satisfeito* nem os ricos nem a massa pobre, e *dizia* tristemente: **“Quando se fazem grandes coisas, é difícil agradar a todos.”** Ainda *era* arconte e *era* atacado pelas invectivas dos descontentes: quando *saiu* do cargo, *foi* um desencadeamento de censuras e de acusações. Sólão *defendeu-se*, como sempre, por meio de versos: foi então que *invocou* o testemunho da Mãe Terra. *Cobriam-no* de insultos e de zombarias porque “o coração lhe *havia faltado*” para fazer-se tirano, porque não *havia querido*, “para ser o senhor de Atenas, ainda que por um dia, que da sua pele esfolada se fizesse um odre e que a sua raça fosse abolida”. Rodeado de inimigos, mas resolvido a não mudar nada do que *havia feito*, acreditando também talvez que a sua ausência *acalmaria* os espíritos, *decidiu* deixar Atenas. *Viajou*, *apareceu* em Chipre, *foi* ao Egito revigorar-se nas fontes da sabedoria. Quando *voltou*, a luta dos partidos *estava* mais viva que nunca. *Retirou-se* da vida pública e *encerrou-se* num repouso inquieto: “*envelhecia* aprendendo sempre e muito”, sem cessar de prestar atenção aos ruídos do exterior e de prodigalizar as advertências de um patriotismo alarmado. Sólão, porém, *era* apenas um homem; não lhe *pertencia* o deter o curso dos acontecimentos. *Viveu* o bastante para assistir à ruína da constituição que *acreditava* haver firmado e ver estender-se sobre a sua cara cidade a sombra pesada da tirania. (BENVENISTE, 1991, p. 264 - 265 grifo nosso)

De maneira análoga ao que foi realizado com a tradução do *trecho 1*, abaixo encontramos também a distribuição das formas verbais do português, no **Quadro 5**. Há nesse trecho a aparição das seguintes formas verbais: pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito-mais-que-perfeito (em sua forma composta) e futuro do pretérito.

Quadro 5:

Tempos verbais utilizados			
Pretérito perfeito	Pretérito imperfeito	Pretérito mais-que-perfeito (composto)	Futuro do pretérito
cumpriu, fez, foi, saiu, defendeu, invocou, decidiu, viajou, apareceu, voltou, retirou, encerrou, viveu	contava, eram, foram, dizia, era, cobriam, estava, envelhecia, era, pertencia, acreditava	havia prescrito, havia satisfeito, havia faltado, havia querido, havia feito	formariam, acalmaria

Exemplo 3:

Après un tour de galerie, le jeune homme *regarda* tour à tour le ciel et sa montre, *fit* un geste d'impatience, *entra* dans un bureau de tabac, y *alluma* un cigare, se *posa* devant une glace, et *jeta* un regard sur son costume, **un peu plus riche que ne le permettent en France les lois du goût**. Il *rajusta* son col et son gilet de velours noir sur lequel se *croisait* plusieurs fois une de ces grosses chaînes d'or fabriquées à Gênes; puis, après avoir jeté par un seul mouvement sur son épaule gauche son manteau doublé de velours en le depliant avec élégance, *recevait*. Quand les boutiques *commencèrent* à s'illuminer et que la nuit lui *parut* assez noire, il *se dirigea* vers la place du Palais-Royal em homme qui *craignait* d'être reconnu, car il *côtoya* la place jusqu'à la fontaine, pour gagner à l'abri des fiacres l'entrée de la rue Froidmanteau... (BENVENISTE, 1991, p. 266 grifo nosso)

Seguindo a nossa metodologia de análise, valemo-nos, mais uma vez, da alternativa de dispor as formas verbais no **Quadro 6** e, no texto, marcá-las com cores distintas. Dessa vez, as duas formas que apareceram foram o *passé simple* e o *imparfait*.

Quadro 6:

Tempos verbais utilizados	
Passé simple (aoristo)	Imparfait
regarda, fit, entra, alluma, posa, jeta, rajusta, commencèrent, parut, se dirigea, cõtoya	croisait, recevait, craignait

Tradução do “Exemplo 3”:

Após dar uma volta, o jovem *olhou* alternadamente o céu e o relógio, *fez* um gesto de impaciência, *entrou* numa tabacaria, *acendeu* um charuto, *pôs-se* diante de um espelho, e *lançou* um olhar para a roupa, **um pouco mais rica do que permitem na França as leis do bom gosto**. *Tornou* a ajustar o colarinho e o colete de veludo negro sobre o qual *se cruzava* diversas vezes uma dessas grossas correntes de ouro fabricadas em Gênova; a seguir, depois de haver, num só movimento, lançado sobre o ombro esquerdo o casaco forrado de veludo, drapejando-o com elegância, *retomou* o seu passeio sem se deixar distrair pelas olhadelas burguesas que *recebia*. Quando as lojas começaram a iluminar-se e a noite lhe *pareceu* suficientemente negra, dirigiu-se à praça do Palais-Royal como um homem que *temia* ser reconhecido, pois *contornou* a praça até a fonte, para atingir ao abrigo dos carros a entrada da rua Froidmanteau... (BENVENISTE, 1991, p. 266 grifo nosso)

Por fim, a análise da tradução do *exemplo 3* apresentou as formas verbais pretérito perfeito e pretérito imperfeito.

Quadro 7:

Tempos verbais utilizados	
Pretérito perfeito	Pretérito imperfeito
olhou, fez, acendeu, pôs-se, lançou, tornou, retomou, pareceu, contornou	se cruzava, recebia, temia

A partir dos exemplos analisados, percebemos que existe um certo padrão na tradução, criando-se uma equivalência aparente entre os tempos verbais da língua francesa e da portuguesa. Nos momentos em que se utilizou o *passé simple*, utilizou-se, na tradução para o português, o pretérito perfeito; no trecho em que se utilizou o *imparfait*, utilizou-se, na

tradução para o português, o pretérito imperfeito. Além disso, o mesmo ocorreu com o mais-que-perfeito, em que se optou por utilizar a forma composta “tinha prescrito”.

Contudo não se pode dizer que há equivalência, pois, para começar, não existe o aoristo (*passé simple*) no português. Somente existe, em português, uma única forma para o pretérito, e ela acaba servindo tanto para quando se tem a intenção de narrar historicamente, quanto para quando há a necessidade de narrar de modo testemunhal. Assim, para narrar historicamente, o português parece contar apenas com o emprego de formas impessoais, como aparece logo no início da tradução do *exemplo 1*: “Desde o desaparecimento das marinhas minóica e micênica, o Egeu *estava* infestado de bandos de piratas: por muito tempo *houve* apenas os sidônios para ousarem aventurar-se.”. Nesse caso, como podemos perceber, o locutor se vale da narração sobre algo, um *ele*, que é o seu foco principal. Trata-se de fatos: o “Egeu” foi infestado por um “bando de piratas” e isso é um acontecido, sendo que o locutor somente narra os acontecimentos, com o distanciamento daquele que simplesmente observa, sem se envolver.

Um segundo ponto que se pode retomar é o que se apresenta na tradução do *exemplo 2*: “Para prevenir as lutas intestinas e as revoluções, ele *havia prescrito* a todos os membros da cidade, como uma obrigação correspondente aos seus direitos, que se alistassem, em caso de perturbações, num dos partidos opostos, sob pena de atimia acarretando a exclusão da comunidade”. Neste período, o que podemos perceber é que o locutor utiliza o pronome “ele” para se referir sobre quem está sendo contada a história, que, no caso, é Sólão, e, portanto, exclui essa referência do plano discursivo (de *eu* e *tu*). Esse distanciamento das pessoas do discurso da cena narrada dá um tom objetivo à narrativa.

Como terceiro ponto a ser ressaltado, trazemos aqui a parte inicial da tradução do *exemplo 3*: “Após dar uma volta, o jovem *olhou* alternadamente o céu e o relógio, *fez* um gesto de impaciência, *entrou* numa tabacaria, *acendeu* um charuto, *pôs-se* diante de um espelho, e *lançou* um olhar para a roupa”. Esse recorte apresenta, assim como nas traduções anteriores, fatos sendo narrados sobre um indivíduo, representado aqui em terceira pessoa. Nesse caso em específico, o que se conta é o andar de um jovens pelas ruas de uma Paris já extinta hoje em dia. E, para tal, o locutor se vale dessa forma impessoal que o distancia (e ao interlocutor) da cena narrada. Essas formas impessoais, associadas ao uso do pretérito, criam o efeito de objetividade e de fatos ‘que se contam por si mesmo’, típicos do plano histórico. Nas palavras de Benveniste (1991):

É preciso e é suficiente que o autor permaneça fiel ao seu propósito de historiador e que proscruva tudo o que é estranho à narrativa dos acontecimentos (discursos, reflexões, comparações). Na verdade, não há mais, então, nem mesmo narrador. Os

acontecimentos são apresentados como se produziram, à medida que aparecem no horizonte da história. Ninguém fala aqui; os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos. (BENVENISTE, 1991, p. 266 - 267)

Após a análise da manifestação do plano enunciativo histórico tanto em língua francesa, quanto em língua portuguesa, o que nos cabe salientar agora é uma mudança para o plano enunciativo do discurso que se pode observar em alguns trechos dos exemplos.

Quando olhamos tanto o *exemplo 2*, quanto o *exemplo 3* e suas respectivas traduções, percebemos duas passagens, que grifamos em amarelo. Esses dois pequenos recortes serão reproduzidos abaixo, no **Quadro 8**, na língua original (francês) e na tradução (português):

Quadro 8:

Exemplo 2: “Quand on fait de grandes choses, il est difficile de plaire à tous.” Tradução do Exemplo 2: “Quando se fazem grandes coisas, é difícil agradar a todos.”
Exemplo 3: “un peu plus riche que ne le permettent en France les lois du goût.” Tradução do Exemplo 3: “um pouco mais rica do que permitem na França as leis do bom gosto.”

Em ambos os casos, o que podemos perceber é que, apesar de fazerem parte de textos que são, em sua quase totalidade, distanciados do locutor e dos fatos, há a presença do juízo de valor do locutor, ainda que de maneira sutil, como uma intromissão. Tanto no *exemplo 2* quanto no *3*, o que aparece é a opinião do locutor acerca de um aspecto do que estava sendo narrado: no *exemplo 2* temos um pensamento sobre valores; no *exemplo 3*, uma observação sobre os hábitos de vestimenta da França da época narrada. O que deve ser ressaltado é que, se os fatos vinham sendo narrados até então como se acontecessem por si só, é nesse momento em que a pessoa do discurso aparece: no momento da opinião.

Além disso, quando olhamos para os trechos traduzidos, o que percebemos é a ocorrência, assim como no francês, da forma verbal do presente. Isso se faz de grande importância, pois, de acordo com as observações feitas ao longo do trabalho, o presente é o tempo verbal que está atrelado, necessariamente, ao tempo da pessoa do discurso, pois é ele que revela manifestamente o *eu*.

Ao selecionarmos tais trechos de análise da obra de Benveniste (1991), a intenção foi, justamente, sinalizar que, por mais que o autor não tenha se valido em seu artigo de trechos que exemplificassem somente o plano do discurso, optando por observar aqueles que são majoritariamente do plano histórico, ele analisou excertos que mostram a alternância entre os

planos. Isso se fez interessante, então, pois demonstrou alguns aspectos que estudamos neste trabalho:

- a possibilidade de alternância entre os planos;
- o fato de que a decisão dessa alternância está com o locutor;
- o tempo presente como sendo o tempo de *eu*;
- a distinção de planos enunciativos em línguas que não o francês e, por isso, uma possibilidade de análise nas demais línguas.

Quando observamos as traduções do francês para o português, o que notamos foi que não há uma distinção muito clara, marcada pela utilização dos tempos verbais, no português, entre o que é plano do discurso e plano histórico. Essa falta de distinção se faz evidente, inicialmente, porque no português não há o aoristo, que é, em francês, o tempo verbal da não-pessoa e, por assim dizer, do plano histórico. Isso se torna também uma barreira de tradução, que pode ser vista no esquema abaixo, retirado do artigo de Benveniste (1991), o qual, conforme já havíamos adiantado na introdução deste trabalho, demonstra que *il écrivit* (*passé simple/aoristo*) e *il a écrit* (*passé composé*) têm a mesma tradução em português: “escreveu”.

Quadro 1:

<i>il écrit</i> [= “escreve”]	<i>il a écrit</i> [= “escreveu”]
<i>il écrivait</i> [= “escrevia”]	<i>il avait écrit</i> [= “tinha escrito”]
<i>il écrivit</i> [= “escreveu”]	<i>il eut écrit</i> ⁽²³⁶⁾ [= “teria escrito”]
<i>il écrira</i> [= “escreverá”]	<i>il aura écrit</i> ⁽²³⁷⁾ [= “terá escrito”]

FONTE: BENVENISTE, 1991, p. 272

Sendo, em francês, duas formas distintas e que são utilizadas com duas intenções diferentes, por outro lado, em português, como se vê, só há uma forma e, portanto, a separação do que é plano histórico do que é plano do discurso não está na forma verbal do pretérito. A nosso ver, a distinção parece se apoiar tão somente no recurso da impessoalidade da narrativa, somada a uma certa consistência do tempo pretérito, conforme sinalizou Ciulla, 2020.

Com isso, nossa hipótese aqui levantada é a de que, enquanto em francês se bane a pessoa do discurso com o recurso ao aoristo, em português, recorre-se à impessoalidade para narrar fatos históricos. Já no plano do discurso, percebemos que o emprego do tempo verbal

presente se marca em ambas as línguas - e a marca de presente, lembramos, indica necessariamente a participação da pessoa do discurso.

A impessoalidade, assim como já mencionado anteriormente para explicar como ocorre a configuração do plano histórico em língua francesa, em que se soma ao aoristo, aplica-se também à língua portuguesa. Isso porque o locutor assume o papel de historiador, de narrador que conta as cenas ao seu interlocutor como ocorreram, sem interferir com o seu juízo de valor, fazendo com que, ao narrar a não-pessoa, os fatos sejam “apresentados como se produziram, à medida que aparecem no horizonte da história”. (BENVENISTE, 1991, p. 267)

Ao contrário, quando se quer narrar em português um evento em que se faz necessário opinar e/ou marcar a posição de quem fala, emprega-se novamente o pretérito, porém carregado de marcas de pessoa. Para exemplificar esse movimento de narração com a participação da opinião de quem narra, usaremos um trecho do conto “Além do ponto”, do autor Caio Fernando Abreu, publicado em seu livro *Morangos mofados* (2019):

Chovia, chovia e chovia e eu **ia** indo por dentro da chuva ao encontro dele, sem guarda-chuva nem nada, eu sempre **perdia** todos pelos bares, só **levava** uma garrafa de conhaque barato apertada contra o peito, parece falso dito desse jeito, mas bem assim eu **ia** pelo meio da chuva, uma garrafa de conhaque na mão e um maço de cigarros molhados no bolso. **Teve** uma hora que eu **podia** ter tomado um táxi, mas não **era** muito longe, e se eu tomasse o táxi não **poderia** comprar cigarros nem conhaque, e eu **pensei** com força então que seria melhor chegar molhado da chuva, porque aí beberíamos o conhaque,... (ABREU, 2019, p. 41 grifo nosso)

No excerto acima, primeiramente, podemos observar que a narrativa se dá em primeira pessoa, tendo o pronome “eu” marcado logo na primeira linha. Tal utilização já demonstra a vinculação que ocorre entre o uso do pretérito e das marcas de pessoa no plano do discurso, uma vez que, ao analisarmos esse trecho, percebemos passagens como “eu ia indo” e “eu sempre perdia todos pelos bares”. Em ambas citações, os verbos estão conjugados de acordo com a primeira pessoa do singular *eu*, e estão em sua forma do pretérito imperfeito.

Ainda sobre o plano discursivo, observamos que, em certa passagem, Benveniste (1991, p.268) afirma que “explícita ou não, a relação de pessoa está presente em toda a parte”. Assim, podemos especular que o plano do discurso se caracterizaria como o plano mais “natural” do locutor, uma vez que a manifestação de sua presença no discurso faz-se quase inevitável por quem enuncia. Além disso, a sua utilização se dá em momentos comunicativos que expressam as mais cotidianas e triviais interlocuções. Nas palavras do autor:

É preciso entender discurso na sua mais ampla extensão: toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro. É em primeiro lugar a diversidade dos discursos orais de qualquer natureza e de qualquer nível da conversa trivial à oração mais ornamentada. E é também a massa dos escritos que reproduzem discursos orais ou que lhes tomam

emprestados a construção e o os fins: correspondências, memórias, teatro, obras didáticas, enfim todos os gêneros nos quais alguém se dirige a alguém, se enuncia como locutor e organiza aquilo que diz na categoria de pessoa. (BENVENISTE, 1991, p. 267)

Tendo em vista o que foi discutido até aqui, podemos hipotetizar que a configuração de um plano histórico, então, seria o resultado de uma tentativa de contornar a presença inevitável do locutor em sua fala. Ou seja, o plano histórico seria uma alternativa de narrar fatos objetivos, que se opõe e concorre com o plano do discurso, que, por sua vez, se ocupa das narrações marcadamente subjetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, como demonstramos até aqui, nosso esforço foi, em primeiro lugar, o de procurar compreender a proposta de Benveniste (1991) sobre os dois diferentes planos enunciativos, o plano histórico e o plano do discurso. Para isso, debruçamo-nos no estudo do artigo *As relações de tempo no verbo francês*, em que, em uma minuciosa e profunda reflexão sobre o emprego de formas verbais do francês, o autor nos faz enxergar o sistema verbal das línguas como um terreno ainda a ser desbravado.

Este estudo se fez desafiador, porque no texto *As relações de tempo no verbo francês*, de Émile Benveniste (1991), precisamos fazer movimentos complexos de compreensão, que se tornam ainda mais difíceis, por ser a partir de uma língua não materna, para nós. O primeiro deles foi o entendimento do modo como o autor identifica no francês a expressão dos dois planos enunciativos e também a estrutura das formas verbais, de acordo com o sentido que desempenham. Concomitantemente a essa análise, a segunda parte de compreensão é a que Benveniste (1991) lançou com os princípios da crítica à gramática tradicional, ao mostrar que os tempos têm outra função que não somente serem divididos e representantes do que é presente, passado e futuro. Ou seja, eles não são sempre efetivamente temporais. Em um terceiro movimento, nossa compreensão passou para os princípios de manifestação dos planos enunciativos nas demais línguas, mais especificamente na língua portuguesa.

Em língua portuguesa, o que percebemos foi, em primeiro lugar, a confirmação parcial da hipótese de Benveniste (1991) sobre a existência dos planos enunciativos nas diversas línguas, no que diz respeito ao português, porém, não com a mesma configuração da língua francesa. Em português, o uso dos verbos no pretérito ocorre tanto no plano enunciativo histórico, quanto no plano enunciativo do discurso. Em francês, tem-se um pretérito atemporal, que indica o plano histórico, e um pretérito temporal, que indica o plano discursivo. Isso é o que diferencia, principalmente, o modo de configurar os planos nas duas línguas. Já o que há em comum na configuração dos diferentes planos, tanto no francês quanto no português, ao menos nos exemplos que analisamos, é a presença de marcações de pessoa: enquanto no plano histórico o falante opta por marcações impessoais, valendo-se da terceira pessoa, no plano do discurso há a marcação da primeira pessoa, do “eu”, associado ao tempo verbal utilizado. Sendo assim, o plano histórico se ocupa das narrativas em não-pessoa, com a intenção de expressar objetividade sobre os fatos narrados, e o plano do discurso é manifestado quando se quer narrar algo em que se manifesta a interferência do “eu”.

Por conta desse indicativo de que a alternância entre os planos seja algo que se pode observar nas línguas em geral, a comparação do francês com o português evidenciou o interessante recurso especializado, por assim dizer, do francês em realizar o plano histórico e, de outro, instiga compreender como, no português, se configura esse plano, já que o pretérito é sempre indicativo da relação com a pessoa.

Observamos ainda que o português manifesta os planos a partir da utilização de tempos verbais acompanhados da marca de pessoa ou, em vez disso, apaga a pessoa dos enunciados. Explicitando melhor, vimos que, quando o locutor opta pelo plano histórico, ele faz uso dos pretéritos juntamente com marcas de impessoalidade, valendo-se da terceira pessoa e do modo passivo. Quando o locutor narra pelo plano do discurso, além da utilização dos pretéritos, ele marca sua presença a partir de marcas de subjetividade, isto é, da primeira pessoa. Assim, confirmamos, nesta análise, a nossa hipótese de que a distinção de pessoa rege a distinção de planos enunciativos, entre o histórico e o discursivo.

Vale ressaltar que a alternância dos planos é algo que está disponível nas línguas para a opção do locutor, de acordo com a intenção narrativa dele. Além disso, como pudemos observar nas análises, a fluidez de um para outro ocorre de maneira instantânea e natural, sendo algo que parece ser mesmo intrínseco ao funcionamento das línguas.

Por fim, um outro ponto que se fez importante ao longo desse estudo foi a compreensão do tempo presente, pois ajuda a compreender a indissociável relação do tempo linguístico com a categoria de pessoa. Aspectos sobre a realização do presente, em língua portuguesa, merecem atenção em estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ABREU, Caio Fernando. **Morangos mofados**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

CIULLA, Alena. **O tempo dos verbos como categoria de análise textual**. Fragmentum, Santa Maria, n. 56, p. 195-216, jul./dez. 2020.

CIULLA, Alena. **Análise textual à luz da teoria benvenistiana: uma reflexão sobre o tempo verbal**. (a sair).

WEINRICH, Harald. **Tempus. Besprochene und erzählte Welt**. Stuttgart: W. Kohlhammer GmbH, 1964.